

Hora de acertar as contas

Governo de Frei tenta conter excesso de poder dos militares

SANTIAGO – O governo chileno começou a reagir, embora timidamente, às manifestações dos comandantes militares, que exaltaram a ditadura em notas de protesto emitidas na quarta-feira contra a decisão pela extradição do ex-ditador Augusto Pinochet. Hoje, às 11h, na reunião do Conselho de Segurança Nacional, o presidente Eduardo Frei terá trabalho para conter os militares, que têm poder político graças à Constituição de 1980, imposta pelo ex-ditador.

O porta-voz do governo disse que Frei tomará medidas para reforçar a confiança internacional no sistema judicial chileno, e criará comissão para investigar o paradeiro dos presos desaparecidos na ditadura de Pinochet.

À tarde, o ministro da Defesa, o civil José Florencio Guzmán, afirmou que toma as declarações como “um desabafo”: “Às vezes se usam termos que não correspondem ao que propriamente seja conveniente neste momento”, disse, cheio de dedos. Segundo ele, o Chile necessita agora de “unidade”, e as Forças Armadas “estão nesse esforço”.

Tradição – O candidato social-democrata à presidência, Ricardo Lagos, mesmo cauteloso, deu nome aos bois: “Essas declarações não estão de acordo com a tradição republicana do Chile, na qual, em geral, os exércitos se abstêm de fazer este tipo de declaração.”

Em toda parte tem sido posto em xeque o excesso de poder dado aos militares na transição à democracia. Em ato de comemoração dos 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o jurista da ONU Hernán Montealegre acusou os líderes da transição de não terem tido “coragem” para fazer justiça em matéria de direitos humanos. No ato, o presidente

dos social-democratas, Sergio Bitar, respondeu que a transição chilena teve de enfrentar a grande influência de Pinochet depois da ditadura. Chamando o jurista de “sonhador”, Bitar afirmou que ele não leva em conta a pressão do “poder de fato” que mantém Pinochet e seus seguidores, que afeta o “curso da democratização”.

Exército, Marinha e Aeronáutica usaram as notas de protesto para tecer elogios efusivos ao regime de terror de Pinochet, em iniciativa que só pode ter sido, segundo a imprensa chilena, tomada de comum acordo. As três Forças já havia protestado antes, quando os lordes britânicos não reconheceram o direito do ex-ditador à imunidade, mas é a primeira vez que louvam a ditadura – ironicamente, a razão dos atuais dissabores de seu líder.

Louvores – “Obra gigantesca”, diz a nota da Marinha. Para o Exército, o governo militar estabeleceu “nova institucionalidade”, criando condições para o “desenvolvimento sustentável”, e “recuperou” a democracia, “depois da pior crise da história”. Mesmo a Força Aérea, sempre mais suave, expressou preocupação pela “distorção histórica” das causas originais do pronunciamento (como chamam o golpe) militar de 1973.

O autor do livro *Para conhecer os militares*, Raúl Sohr, ouvido ontem pela agência EFE, disse que elogiando o regime de Pinochet os militares buscam evitar a destruição do *pinochetismo* como doutrina. “Essa doutrina reafirma o papel das Forças Armadas como salvadoras da pátria. Se se questiona essa doutrina, põe-se em dúvida as próprias Forças Armadas”, disse.

A revisão da doutrina pinochetista, disse José Zalaquett, advogado que participou da elaboração do Relatório Rettig, sobre os crimes do regime Pinochet, é essencial para que o Chile construa uma democracia. “Mais que um problema de confissão individual, tem que haver uma retificação de princípios”, disse. “Daqui a 30 anos, um coronel aventureiro que pense

em ‘salvar’ o país terá incólume o precedente de Pinochet, que nada admite, e de um Exército que nunca aceitou que matar prisioneiros desarmados é indevido.”

Confissão – Em nova audiência dos 14 processos contra Pinochet, o coronel da reserva Eugenio Rivera revelou ao juiz Juan Guzmán que opositores da ditadura foram “massacrados” em 1973, e por isso seus corpos não foram entregues às famílias. Os 26 prisioneiros políticos executados, na maioria socialistas, são parte do total de 72 vítimas da “Caravana da Morte”, comandada pelo ex-general Sergio Arellano.

Na caça aos culpados pela situação de Pinochet, a direita ora acusa o governo, ora os socialistas que depuseram contra o ex-ditador e enviaram carta à Inglaterra reiterando que o general jamais seria julgado no Chile. E exigem “medidas enérgicas” do governo para o resgate do general. Ricardo Núñez, presidente dos socialistas, devolveu: “Não vejo como quatro deputados socialistas pudessem influir tanto, mais que os 25 parlamentares da direita que também foram a Londres.”

Trinta deputados direitistas fizeram manifestação no plenário do Congresso, clamando pelo respeito à soberania chilena. A direita pediu também que o Chile conceda o título de persona non grata aos embaixadores da Espanha e da Grã-Bretanha. O Exército já pedira o mesmo no mês passado. Pelos pinochetistas, o Chile teria rompido relações com os dois países. “São uns provincianos”, resumiou Lagos, “incapazes de governar qualquer país”.

A polícia prendeu na noite de quarta-feira 51 pinochetistas que faziam protesto violento em frente à embaixada britânica em Santiago. Cerca de 200 pessoas incendiaram pneus e queimaram bandeiras britânicas. A polícia usou jatos d’água para dispersar o grupo, prendeu 41 adultos e 10 jovens. No centro da cidade, pequena marcha comemorou a decisão contra Pinochet, mas não causou incidentes.